Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco") apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Como uma holding não operacional, nossa atuação concentra-se na gestão das participações societárias, alocação de capital e acompanhamento das empresas investidas, quais sejam: Águas de Palhoça S.A., Ambiental Paraná 1 SPE S.A., Ambiental Paraná 2 SPE S.A. e Companhia Riograndense de Saneamento ("Corsan"). As demonstrações Financeiras da Companhia e das Investidas podem ser encontradas no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM: https://sistemas.cvm.gov.br/

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativos	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	5	6	468	54.085	54.811
Aplicações financeiras	6	3.733	537	2.306.646	1.278.874
Contas a receber de clientes	7	–	–	657.088	529.790
Ativos financeiros contratuais	8	–	–	31.711	–
Estoques		–	–	22.399	141.995
Tributos a recuperar		916	693	21.701	903
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	1.580	618	–	–
Outros créditos	13	452	30	40.223	201.547
Total do ativo circulante		6.687	2.346	3.133.853	2.207.920
Aplicações financeiras	6	–	–	64.287	68.610
Contas a receber de clientes	7	–	–	42.308	10.857
Ativos financeiros contratuais	8	–	–	137.679	181.590
Tributos a recuperar		–	–	143	88.088
Ativo fiscal diferido	25 b.	–	–	341.412	647.549
Depósitos judiciais	18	–	–	316.814	422.553
Outros créditos	13	–	–	185.225	201.140
Total do realizável a longo prazo		–	–	1.087.868	1.620.387
Investimentos	10	535.674	421.256	287	287
Imobilizado		–	–	474.350	221.374
Ativo de contrato da concessão	11	–	–	2.067.104	1.999.865
Intangível	12	–	–	8.112.769	5.501.501
Total do ativo não circulante		535.674	421.256	11.742.378	9.343.414
Total do ativo		542.361	423.602	14.876.231	11.551.334

		Controladora		Consolidado	
Passivos	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores e empreiteiros	14	170	25	437.393	365.779
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	–	–	319.571	123.143
Obrigações trabalhistas e sociais	16	–	–	139.101	457.541
Obrigações fiscais		3	4	61.931	65.264
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	9	–	–	374.609	149.303
Imposto de renda e contribuição social		–	–	125.764	–
Instrumentos financeiros derivativos	26	–	–	46.696	–
Outros tributos diferidos		–	–	2.318	–
Outras contas a pagar	17	–	–	189.903	114.889
Total do passivo circulante		173	29	1.697.286	1.275.919
Fornecedores e empreiteiros	14	–	–	521.710	388.203
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	–	–	4.082.922	2.454.998
Provisões	18	–	–	1.272.660	1.633.206
Instrumentos financeiros derivativos	26	–	–	67.186	–
Provisão de Benefício Pós-Emprego	19	–	–	256.976	622.578
Passivo fiscal diferido	25 b.	–	–	298	–
Outros tributos diferidos		–	–	5.675	10.620
Outras contas a pagar	17	–	–	934.863	470.461
Total do passivo não circulante		–	–	7.142.290	5.580.066
Total do passivo		173	29	8.839.576	6.855.985
Patrimônio líquido	20				
Capital social		103.831	4.255	103.831	4.255
Reserva de capital		440.327	421.104	440.327	421.104
Prejuízos acumulados		(1.970)	(1.786)	(1.970)	(1.786)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		542.188	423.573	542.188	423.573
Participação de não controladores		–	–	5.494.467	4.271.776
Total do patrimônio líquido		542.188	423.573	6.036.655	4.695.349
Total do passivo e patrimônio líquido		542.361	423.602	14.876.231	11.551.334

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

			Atribuível aos acionistas controladores					
	Nota	**Capital social integralizado**	**Capital social a integralizar**	**Total do capital social**	**Reserva de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação de acionistas não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1	–	1	–	–	1	–	1
Aumento de capital social		4.272	(18)	4.254	421.104	–	425.358	–	425.358
Aquisição de participação em não controladores		–	–	–	–	–	–	3.736.358	3.736.358
Perdas atuariais		–	–	–	–	–	–	11.290	11.290
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	(1.786)	(1.786)	662.132	660.346
Destinação:									
Dividendos intercalares		–	–	–	–	–	–	(89.659)	(89.659)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	47.289	47.289
Dividendos mínimo obrigatório		–	–	–	–	–	–	(95.634)	(95.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		4.273	(18)	4.255	421.104	(1.786)	423.573	4.271.776	4.695.349
Aumento de capital social	20 a.	103.526	(3.950)	99.576	19.223	–	118.799	–	118.799
Ganhos atuariais	20 b.	–	–	–	–	–	–	383.272	383.272
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	(184)	(184)	1.555.287	1.555.103
Destinação:									
Dividendos intermediários		–	–	–	–	–	–	(518.746)	(518.746)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	(197.122)	(197.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		107.799	(3.968)	103.831	440.327	(1.970)	542.188	5.494.467	6.036.655

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	21	–	–	6.432.025	2.554.473
Custos dos serviços prestados	22	–	–	(3.501.073)	(1.645.704)
Lucro bruto		–	–	2.930.952	908.769
Despesas administrativas e gerais	22	(733)	(2.285)	(675.942)	(203.581)
Outras receitas operacionais	23	–	–	56.766	125.253
Outras despesas operacionais		–	–	(18.166)	(4.069)
Resultado de equivalência patrimonial	10	251	(3.221)	–	–
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(482)	(5.506)	2.293.610	826.372
Receitas financeiras	24	546	5.931	460.966	115.837
Despesas financeiras	24	(107)	(1.371)	(558.348)	(129.023)
Resultado financeiro		439	4.560	(97.382)	(13.186)
Resultado antes dos tributos		(43)	(946)	2.196.228	813.186
Imposto de renda e contribuição social corrente	25 a.	(141)	(840)	(338.208)	30.718
Imposto de renda e contribuição social diferido	25 a.	–	–	(302.917)	(183.558)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(184)	(1.786)	1.555.103	660.346
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		(184)	(1.786)	(184)	(1.786)
Acionistas não controladores		–	–	1.555.287	662.132
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(184)	(1.786)	1.555.103	660.346

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(184)	(1.786)	1.555.103	660.346
Itens que poderiam ser classificados para o resultado					
Realização da reserva de reavaliação	19 c.	–	–	(2.138)	(1.505)
Ganho (Perda) atuarial - Benefício Pós-emprego		–	–	383.272	(6.037)
IR/CS diferidos		–	–	–	17.327
Resultado abrangente total		(184)	(1.786)	1.936.237	670.131
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		(184)	(1.786)	(184)	(1.786)
Acionistas não controladores		–	–	1.936.421	671.917
Resultado abrangente total		(184)	(1.786)	1.936.237	670.131

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos		(43)	(946)	2.196.228	813.186
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	22	–	–	312.237	117.526
Reversões de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	18 e 22	–	–	(144.643)	(355.685)
Reversão de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	7 e 22	–	–	(6.643)	(344)
Baixa (Recuperação) de títulos do contas a receber	7 e 22	–	–	10.545	(3.053)
Provisão (Reversão) de provisão para benefício pós-emprego	19	–	–	17.670	(115.544)
Baixa do ativo do contrato		–	–	–	709
Resultado na baixa de intangível e imobilizado		–	–	1.192	331
Margem de construção ativo intangível	11 *(i)*	–	–	(40.777)	–
Resultado de equivalência patrimonial	10	(251)	3.221	–	–
Rendimento sobre aplicações financeiras	24	(486)	(5.929)	(141.509)	(44.574)
Perdas líquidas com instrumentos financeiros derivativos	26	–	–	113.882	–
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 24	–	–	254.003	46.907
Valor justo líquido da dívida por meio do resultado	24	–	–	(163.995)	–
Amortização do custo de captação	15	–	–	9.672	1.734
Ajuste a valor presente de clientes	24	–	–	14.448	2.088
Ajuste a valor presente de clientes sobre ativos financeiros	24	–	–	(15.271)	(16.923)
Atualização monetária de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	18 e 24	–	–	–	41.562
Juros de arrendamentos	17 *(i)*	–	–	13.891	1.334
Atualização monetária de precatórios	24	–	–	(4.633)	(17.840)
		(780)	(3.654)	2.426.297	471.414
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento)/Diminuição dos ativos					
Contas a receber de clientes		–		(177.099)	(7.920)
Ativos financeiros contratuais		–		(95.671)	17.414
Estoques		–		119.596	(17.507)
Tributos a recuperar		(87)	(39)	45.173	(254.237)
Depósitos judiciais		–		105.739	32.386
Outros créditos		(422)	(30)	181.872	22.544
Aumento/(Diminuição) dos passivos					
Fornecedores e empreiteiros		145	25	205.121	282.821
Obrigações trabalhistas e sociais		–		(318.440)	(233.377)
Obrigações fiscais		(1)	4	(3.333)	(486)
Pagamento de Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Ambientais	18	–		(215.903)	–
Outros tributos diferidos		–		(2.627)	10.620
Outras contas a pagar		–		122.500	(470.346)
Juros pagos	15	–	–	(271.171)	(36.495)
Imposto de renda e contribuição social pagos	25 a.	(173)	(407)	(174.812)	(16.343)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(1.318)	(4.101)	1.947.242	(199.512)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras líquidas		(3.173)	560	(922.071)	(1.232.268)
Juros recebidos de aplicações financeiras		359	3.745	27.991	(3.745)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		2.090	380	–	–
Aporte de capital em controladas	10	(115.898)	(10.324)	–	–
Aquisição de ações preferenciais	10	(1.321)	(415.151)	–	–
Aquisição do ativo financeiro		–	–	–	(13.964)
Aquisição da controlada CORSAN, líquido do caixa obtido na aquisição		–	–	–	391.137
Aquisição de imobilizado		–	–	(19.298)	(50.229)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	11	–	–	(1.932.598)	(548.120)
Aquisição de intangível		–	–	(546.790)	(2.066)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(117.943)	(420.790)	(3.392.766)	(1.459.255)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	15	–	–	2.100.892	1.538.135
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	–	–	(100.200)	(11.597)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	15	–	–	(107.702)	(44.749)
Dividendos pagos		–	–	(490.055)	(172.532)
Pagamentos de arrendamentos	17 *(i)*	–	–	(76.936)	(21.038)
Recursos provenientes de aporte de capital	20 a.	118.799	425.358	118.799	425.358
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		118.799	425.358	1.444.798	1.713.577
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(462)	467	(726)	54.810
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	468	1	54.811	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	6	468	54.085	54.811
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(462)	467	(726)	54.810

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Saneamento Consultoria S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2021 com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional a sociedades empresárias, fundos de investimento e outras entidades, especialmente com relação ao planejamento estratégico, organização, gestão, identificação, análise e seleção de oportunidades de investimento no setor de saneamento, análise de viabilidade técnica para implantação ou expansão de negócios e demais atividades relacionadas. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo'). O Grupo tem por objeto social a construção, a operação e a ampliação de instalações e fornecimento de água potável, as atividades de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a prestação das atividades de gestão comercial dos serviços de abastecimento de água, prestação de serviços de implantação, operação e manutenção dos resíduos sólidos. Segmento Operacional: A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que suas controladas operam e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. **2. Entidades do grupo:** A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia no quadro acionário total de suas controladas bem como suas atividades:

				% de Participação	
				2024	**2023**
Controladas	**Atividades Principais**	**Contrato de concessão ou edital nº**	**Data de término da concessão**	**Direta**	**Direta**
Águas de Palhoça S.A. ("Palhoça")	Concessão Água e Esgoto	–	–	99,00%	–
Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Ambiental Paraná 1")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	55045	03/2047	100%	100%
Ambiental Paraná 2 SPE S.A. ("Ambiental Paraná 2")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	001/2024	–	100%	–
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Corsan")	Concessão Água e Esgoto	317 contratos	Dez/29 a Dez/62.	73,88%	73,78%

A controlada Corsan possui 317 contratos de concessão com municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul em que atua, conforme demonstrado abaixo:

	Atividades Principais	**Data de término da concessão**
313 Municípios *(i)*	Concessão Água e Esgoto	Dezembro/29 a dezembro/62
4 Municípios *(ii)*	Concessão Água	Outubro/31 a dezembro/62

(i) Os municípios são: Aceguá, Água Santa, Agudo, Ajuricaba, Alecrim, Alegrete, Alpestre, Alto Alegre, Alvorada, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, Antônio Prado, Arambaré, Aratiba, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Áurea, Balneário Pinhal, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barra do Guarita, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Barracão, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bossoroca, Braga, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Cacique Doble, Caibaté, Caiçara, Camaquã, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Campinas do Sul, Campo Bom, Campo Novo, Campos Borges, Candelária, Cândido Godói, Canela, Canguçu, Canoas, Capão da Canoa, Capão do Leão, Capela de Santana, Capivari do Sul, Carazinho, Carlos Barbosa, Casca, Caseiros, Catuípe, Cerrito, Cerro Grande do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Chiapetta, Chuí, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Colorado, Condor, Constantina, Coronel Bicaco, Cotiporã, Crissiumal, Cristal, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Entre Rios do Sul, Entre-Ijuís, Erebango, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Espumoso, Estação, Estância Velha, Esteio, Estrela, Fagundes Varela, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Faxinalzinho, Feliz, Flores da Cunha, Fontoura Xavier, Formigueiro, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Garibaldi, Gaurama, General Câmara, Getúlio Vargas, Giruá, Glorinha, Gramado, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Herval, Horizontina, Humaitá, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirubá, Igrejinha, Ijuí, Ilópolis, Imbé, Independência, Inhacorá, Ipê, Iraí, Itaara, Itapuca, Itaqui, Itatiba do Sul, Ivorá, Jaboticaba, Jacutinga, Jaguarão, Jaguari, Jaquirana, Júlio de Castilhos, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Maçambará, Machadinho, Manoel Viana, Marau, Marcelino Ramos, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Marques de Souza, Mata, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Montenegro, Morro Redondo, Morro Reuter, Mostardas, Muitos Capões, Não-Me-Toque, Nonoai, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Esperança do Sul, Nova Hartz, Nova Palma, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Osório, Paim Filho, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pantano Grande, Paraí, Parobé, Passa Sete, Passo Fundo, Paverama, Pedras Altas, Pedro Osório, Pejuçara, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Pinto Bandeira, Planalto, Portão, Porto Lucena, Porto Xavier, Putinga, Quaraí, Redentora, Restinga Sêca, Rio dos Índios, Rio Grande, Rio Pardo, Riozinho, Roca Sales, Rodeio Bonito, Rolante, Ronda Alta, Rondinha, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Salvador do Sul, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Maria, Santa Maria do Herval, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, Santo Expedito do Sul, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São João da Urtiga, São Jorge, São José do Herval, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José do Ouro, São José dos Ausentes, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro da Serra, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Valentim, São Vicente do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Selbach, Serafina Corrêa, Sertão, Sertão Santana, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Sobradinho, Soledade, Tapejara, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Taquaruçu do Sul, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Tiradentes do Sul, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três de Maio, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tupanciretã, Tuparendi, Unistalda, Vacaria, Venâncio Aires, Veranópolis, Viadutos, Viamão, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Flores, Vila Nova do Sul, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Xangri-Lá. *(ii)* Os municípios são: Campina das Missões, Minas do Leão, Piratini e Sentinela do Sul. **3. Base de preparação:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho da Administração em 19 de março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas (nota explicativa nº 7); • Reconhecimento de receita a faturar (nota explicativa nº 7); • Definição de vida útil do ativo imobilizado; • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 12); • Provisão para benefício pós-emprego (nota explicativa nº 19); • Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 18); e • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos (nota explicativa nº 25). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26. **4. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) Base de consolidação: *(i) Controladas:* As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. *(ii) Participação de acionistas não controladores:* Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios: • Pelo valor justo; ou • Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de não controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício. *(iii) Perda de controle e de influência significativa:* Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos, incluindo qualquer mais-valia, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. *(iv) Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. b) Arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo

continua →★

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533049000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:28:48 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

→★ continuação

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. c) Ativos intangíveis: São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. d) Redução ao valor recuperável (impairment): *(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* O Grupo , quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *Contas a receber de clientes:* Para o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber, são consideradas premissas, as quais são as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses, ajustadas por eventos futuros relevantes esperados. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes privados, públicos e renegociados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 25. *(ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. e) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: As concessionárias do Grupo aplicam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. As controladas Ambiental Paraná 1 e Ambiental Paraná 2 possuem um direito incondicional de recebimento da remuneração prevista em contrato do montante dos investimentos realizados, razão pela qual, à medida que executam as construções e melhorias, reconhecem um ativo financeiro. A controlada Corsan reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não amortizados no prazo da concessão. Para as demais controladas, não estão previstos reconhecer ativos financeiros sobre qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. f) Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. g) Benefícios a empregados: *(i) Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado, a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde:* O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. *(iii) Benefício de aposentadoria:* Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19. Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano. h) Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada. i) Capital social: *(i) Ações ordinárias:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. *(ii) Ações preferenciais:* Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. j) Receita de contrato com cliente: O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: *(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:* A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. *(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto:* A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. *(iii) Receita a faturar de serviços de água e esgoto:* As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar. *(iv) Receitas de construção ativo financeiro:* A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referente aos projetos de infraestrutura que algumas controladas executam no âmbito de contratos de parceria público privada ("PPP"). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado em função do estágio da obra, à medida que os custos são incorridos e mensurada com base nos seus valores justos. O concessionário estima que o valor justo de sua contraprestação recebida seja equivalente aos custos de construção previstos mais a margem sobre os custos de desenvolvimento da infraestrutura que são reconhecidos à medida que são incorridos. As margens justas mensuradas na controlada Ambiental Paraná 1, pela margem de construção em 31 de dezembro de 2024 é de 13,38%. Subsequentemente o recebível é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos menos os recebimentos, sendo esse reconhecido no resultado como Remuneração do Ativo Financeiro. *(v) Receitas de construção ativo intangível:* A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas da Companhia estimaram que eventual margem é próxima a zero. k) Ativos financeiros contratuais: A controlada indireta Corsan reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. l) Tributos: *(i) Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Tributo corrente:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Tributo diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda, tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. *(ii) Tributos sobre prestações de serviços:* O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. m) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *(i) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *(ii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. *(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retiveram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *(iv) Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. *(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Instrumento financeiro derivativo:* O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos de *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seu risco de taxa de juros. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No início de um relacionamento de *hedge*, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como o Grupo avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e • O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que o Grupo efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. *(vi) Hedges de valor justo:* A Companhia utiliza contratos de *swap* como *hedge* para proteger sua exposição ao risco identificado. A mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado. Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. *(vii) Hierarquia do valor justo:* Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. *(viii) Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, valor justo da dívida por meio do resultado, atualização de precatórios e ajuste a valor presente de ativos financeiros. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, PIS/COFINS sobre receita financeira, perda com instrumentos financeiros derivativos, juros de arrendamentos e ajuste a valor presente de clientes. n) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e no CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações, esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • CPC 26 (R1): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; • CPC 36 (R3): Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Contábeis Internacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa	–	1	42	1
Depósitos bancários	–	–	41.981	47.782
Bancos conta movimento	6	467	12.062	7.028
	6	468	54.085	54.811

6. Aplicações financeiras:

Modalidade	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fundo de investimento Especial	–	–	–	47.996
Fundo de investimento Premium	–	–	–	9.637
Fundo de investimento Absoluto	–	–	–	1.394
Fundo de investimento CEF	–	–	–	65.640
Fundo de Investimento Safira	3.733	–	2.286.863	1.156.740
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	–	537	84.070	66.077
	3.733	537	2.370.933	1.347.484
Circulante	3.733	537	2.306.646	1.278.874
Não circulante	–	–	64.287	68.610

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 102,67% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2024 (97,54% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira dos fundos de investimentos onde o Grupo detém cotas correspondem as aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivos. Os fundos são registrados junto à CVM. O montante apresentado no ativo não circulante pelo Grupo é mantido para cumprimento de obrigações relacionadas a cláusulas contratuais que determinam, em alguns casos, a manutenção em conta reserva, durante toda a vigência dos contratos de empréstimos e financiamentos, de saldo equivalente a, pelo menos, uma contraprestação mensal. A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

7. Contas a receber de clientes:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Serviços de água e esgoto	453.458	416.573
Renegociações	124.558	35.066
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	174.343	148.614
(–) Perdas de crédito esperadas	(52.963)	(59.606)
	699.396	540.647
Circulante	657.088	529.790
Não circulante	42.308	10.857

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

	Consolidado						
		Saldos vencidos					
Classe de consumidor	**Saldos a vencer**	**Até 80 dias**	**De 181 a 365 dias**	**De 366 a 730 dias**	**Mais de 731 dias**	**Total**	**Saldo em 2024**
Residencial	207.639	126.120	23.251	–	–	149.371	357.010
Comercial	43.132	20.453	3.199	–	–	23.652	66.784
Industrial	9.552	2.116	197	–	–	2.313	11.865
Setor público	10.531	6.924	344	–	–	7.268	17.799
Subtotal consumidores	270.854	155.613	26.991	–	–	182.604	453.458
Renegociações *(i)*	109.428	12.822	1.895	131	282	15.130	124.558
	380.282	168.435	28.886	131	282	197.734	578.016

	Consolidado				
		Saldos vencidos			
Classe de consumidor	**Saldos a vencer**	**Até 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Total**	**Saldo em 2023**
Residencial	203.306	112.910	27.053	139.963	343.269
Comercial	25.751	16.471	4.340	20.811	46.562
Industrial	7.584	1.283	187	1.470	9.054
Setor público	14.770	2.775	143	2.918	17.688
Subtotal consumidores	251.411	133.439	31.723	165.162	416.573
Renegociações *(i)*	35.066	–	–	–	35.066
	286.477	133.439	31.723	165.162	451.639

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2024 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 19.821 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 9,97% a.a. (R$ 5.373 e 1,00% a.m. em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R$ 14.448 de ajuste a valor presente (R$ 2.088 de reversão em 31 de dezembro de 2023). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado			
		Resultado		
Natureza	**Saldo em 2023**	**Adições**	**Reversões**	**Saldo em 2024**
Privado *(ii)*	(57.568)	(67.224)	74.463	(50.329)
Público	(2.038)	(2)	–	(2.040)
Renegociações	–	(594)	–	(594)
	(59.606)	(67.820)	74.463	(52.963)

	Consolidado			
		Resultado		
Natureza	**Aquisição de controladas**	**Adições**	**Reversões**	**Saldo em 2023**
Privado *(ii)*	(57.900)	(27.704)	28.036	(57.568)
Público	(2.050)	(981)	993	(2.038)
	(59.950)	(28.685)	29.029	(59.606)

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado		
	Resultado		
Natureza	**Baixas**	**Recuperações *(iii)***	**Total em 2024**
Privado *(ii)*	(62.120)	51.575	(10.545)

	Consolidado		
	Resultado		
Natureza	**Baixas**	**Recuperações *(iii)***	**Total em 2023**
Privado *(ii)*	(25.586)	28.354	2.768
Público	(2.626)	2.911	285
	(28.212)	31.265	3.053

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial. *(iii)* Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

8. Ativos financeiros contratuais:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo financeiro de concessão PPP *(i)*	312.073	486.640
(-) Ajuste a valor presente *(ii)*	(142.683)	(305.050)
	169.390	181.590
Circulante	31.711	–
Não circulante	137.679	181.590

(i) Refere-se à parcela das contas a receber reconhecida pelo regime de competência, adotando o método de apropriação de estágio de conclusão de obra através dos custos incorridos, que será faturado na cadência do acordo comercial estabelecido nos contratos de concessão. *(ii)* Refere- se à parcela equivalente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões pelo poder concedente. da controlada Corsan. Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento

continua→★

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:29:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

continuação

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital atrelado à taxa WACC 8,61% a.a., ou 0,69% a.m. **9. Transações com partes relacionadas:** Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e incluem salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2024, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 3.518 (R$ 4.760 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"), que detêm 75% das ações que representam o seu capital social. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas, e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023
Ativo circulante		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		
Corsan	1.580	618
Outros Créditos partes relacionadas (nota explicativa nº 13)		
Palhoça (d)	428	–
	2.008	618
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 14)		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c)	–	20
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c)	(24)	(22)

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo circulante		
Outros Créditos partes relacionadas (nota explicativa nº 13)		
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. (d)	1	–
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. (b)	171.370	58.060
	171.371	58.060
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 14)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	14.523	26.545
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. (b)	29.727	18.312
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c)	125	–
	44.375	44.857
Outras contas a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	1.167	95
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. (d)	–	139
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. (d)	–	59
Águas do Mirante S.A. (d)	–	191
Águas Guariroba S.A. (d)	–	46
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. (d)	–	1.950
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	138	–
Parsan S.A. (d)	4.403	–
	5.708	2.480
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		
Municípios do Rio Grande do Sul	304	226
Parsan S.A.	374.305	149.077
	374.609	149.303
Passivo não circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 14)		
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. (b)	517.678	388.203
	942.370	584.843
Resultado do exercício		
Custos e despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(164.880)	(76.574)
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. (b)	(92.970)	(123.426)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c)	(1.530)	(22)
	(259.380)	(200.022)

(a) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos. (b) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. (c) Refere-se a serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

10. Investimentos:

a) Composição dos saldos:

	Controladora 2024	Controladora 2023
Investimentos	425.636	308.290
Contrato de concessão (Mais-Valia)	110.038	112.966
	535.674	421.256

b) Composição dos investimentos:

	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2024	Resultado das controladas
Ambiental Paraná 1 *(ii)*	60.333	(25.841)	(34.492)	(1.203)
Ambiental Paraná 2 *(iii)*	7.247	–	(7.247)	–
Águas de Palhoça S. A *(iv)*	204.541	(125.758)	(78.783)	(1.217)
Corsan	13.027.545	(8.157.584)	(4.869.961)	1.304.895
	13.299.666	(8.309.183)	(4.990.483)	1.302.475

	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2024	Resultado das controladas
Ambiental Paraná 1 *(ii)*	6.666	(422)	(6.244)	(2.112)
Corsan	9.987.298	(6.087.104)	(3.900.194)	88.151
	9.993.964	(6.087.526)	(3.906.438)	86.039

c) Movimentação dos investimentos:

	Investimento em 31 de dezembro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital social (e)	Juros sobre capital próprio	Aquisição de ações	Investimento em 31 de dezembro de 2024
Ambiental Paraná 1 *(ii)*	6.244	(1.203)	29.451	–	–	34.492
Ambiental Paraná 2 *(iii)*	–	–	7.247	–	–	7.247
Corsan *(iv)*	415.012	2.659 *(i)*	–	(3.052)	1.321	415.940
Palhoça *(v)*	–	(1.205)	79.200	–	–	77.995
	421.256	251	115.898	(3.052)	1.321	535.674

	Aquisição de controlada	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital social (e)	Dividendos	Outros	Investimento em 31 de dezembro de 2023
Ambiental Paraná 1 *(ii)*	–	(2.112)	8.356	–	–	6.244
Corsan *(iv)*	415.151	(1.109) *(i)*	–	(998)	1.968	415.012
	415.151	(3.221)	8.356	(998)	1.968	421.256

(i) O total de equivalência patrimonial reconhecido se refere a 0,4506% (0,4234% em 31 de dezembro de 2023), do resultado do exercício da Controlada Corsan de R$ 1.304.896 (R$ 86.039 em 31 de dezembro de 2023), deduzido das retenções de reserva legal (R$ 65.245) (R$ 4.408 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente a equivalência patrimonial reconhecida deduz a amortização de mais valia no montante de R$ 2.927 (R$ 1.464 em 31 de dezembro de 2023). *(ii)* A Controlada Ambiental Paraná 1 é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede em Curitiba, Paraná, constituída em 05 de setembro de 2023 e têm por objeto social prestação dos serviços de esgotamento sanitário na área de abrangência Centro Litoral do Paraná, sob o regime de concessão, com parceria público-privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 24 anos e 5 meses de concessão. Em 26 de janeiro de 2024 a Controlada Ambiental Paraná 1 iniciou suas operações de acordo com o Contrato de parceria público-privada nº 55045 - Edital de Concorrência Internacional nº 100/2023 firmado com a SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná. *(iii)* A Controlada Ambiental Paraná 2 é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede em Curitiba, Paraná, constituída em 21 de outubro de 2024 e têm por objeto social prestação dos serviços de esgotamento sanitário, nos municípios da microrregião centro-leste, atendidos pela SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná no lote 01. Sob o regime de concessão, com parceria público-privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 24 anos de concessão. Em 13 de janeiro de 2025 a Controlada Ambiental Paraná 2 iniciou a operação assistida. *(iv)* A controlada Corsan é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 19 de dezembro de 1997, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Porto Alegre - RS. *(v)* A Controlada Palhoça é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede em Palhoça, Santa Catarina, constituída em 09 de setembro de 2024 e têm por objeto social prestação dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água no município de Palhoça. Sob o regime de concessão pelo prazo de 30 anos a partir da ordem do início do contrato de concessão nº 393.2024, que se deu em 01 de dezembro de 2024. A Companhia detém ações preferenciais no investimento da controlada Corsan as quais, concedem os seguintes direitos: Ações preferenciais classe A: o direito ao recebimento de dividendo e juros sobre capital próprio, por ação preferencial, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária; (ii) prioridade do reembolso do capital em relação a todas as demais espécies e classes de ações, sem prêmio, equivalente ao percentual do capital social por elas representada; e (iii) recebimento de outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Ações preferenciais classe B: cada ação preferencial classe B terá direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, bem como (i) fará jus, em conjunto, ao recebimento de 0,017445% dos Proventos distribuídos pela Companhia; e (ii) conferirá prioridade no reembolso do capital em relação às ações ordinárias de emissão da Companhia, em valor correspondente ao percentual que representam do capital social da Companhia. A Companhia possui ações ordinárias no investimento da controlada Corsan, e cada ação ordinária corresponde a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

d) Aumento de capital em controladas:

Data	Operação	Aprovação	Controlada	Tipo de Integralização	Valor
21/03/2024	Aporte de Capital	AGE	Ambiental Paraná 1	Moeda Corrente Nacional	1.000
01/04/2024	Aporte de Capital	AGE	Ambiental Paraná 1	Moeda Corrente Nacional	16.548
09/09/2024	Aporte de Capital	AGC	Palhoça	Moeda Corrente Nacional	1
15/10/2024	Aporte de Capital	AGE	Palhoça	Moeda Corrente Nacional	79.199
21/10/2024	Aporte de Capital	AGC	Ambiental Paraná 2	Moeda Corrente Nacional	1
11/11/2024	Aporte de Capital	AGE	Ambiental Paraná 1	Moeda Corrente Nacional	11.903
19/12/2024	Aporte de Capital	AGE	Ambiental Paraná 2	Moeda Corrente Nacional	7.246
					115.898

11. Ativo de contrato da concessão:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo de contrato da concessão	2.067.104	1.999.865

Consolidado	Saldo em 2023	Adições	Transferências	Saldo em 2024
Ativo de contrato da concessão	1.999.865	2.080.840	(2.013.601)	2.067.104

Consolidado	Saldo em 2022 (Não auditado)	Aquisição de controlada	Adições *(i)*	Baixas	Transferências	Saldo em 2023
Ativo de contrato da concessão	–	1.593.360	560.796	(709)	(153.582)	1.999.865

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido à margem de construção no valor de R$ 40.777 e juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures nos ativos qualificáveis foram capitalizados R$ 102.853 (R$ 12.676 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos de arrendamento são capitalizados nos ativos aos quais estão diretamente ligados, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R$ 4.642 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023). **12. Intangível:** Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos:

			Consolidado 2024			Consolidado 2023
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(–) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	40	2,5%	2.368.713	(30.473)	2.338.240	1.671.342
Instalações técnicas de saneamento	50	2,6%	3.400.580	(329.944)	3.070.636	3.058.217
Edificações de estações de tratamento	50	2,6%	2.492.696	(360.213)	2.132.483	441.018
Máquinas e equipamentos	40	11,3%	492.229	(274.695)	217.534	280.028
Outros componentes	de 01 a 50	3,5%	534.464	(230.059)	304.405	–
			9.288.682	(1.225.384)	8.063.298	5.450.605
Software						
Licença de uso de *Software*	de 05 a 40	20,0%	55.256	(5.785)	49.471	50.896
			55.256	(5.785)	49.471	50.896
			9.343.938	(1.231.169)	8.112.769	5.501.501

			Consolidado 2023		
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(–) Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	40	2,5%	1.675.315	(3.973)	1.671.342
Instalações técnicas de saneamento	50	2,0%	3.789.514	(731.297)	3.058.217
Edificações de estações de tratamento	50	2,0%	533.793	(92.775)	441.018
Máquinas e equipamentos	de 10 a 15	8,3%	422.857	(142.829)	280.028
			6.421.479	(970.874)	5.450.605
Software					
Licença de uso de *Software*	05	20,0%	51.694	(798)	50.896
			51.694	(798)	50.896
			6.473.173	(971.672)	5.501.501

b) Movimentação do custo:

	Consolidado 2023	Consolidado 2024			
Ativo	Custo	Adições	Baixas	Transferências *(i)*	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	1.675.315	693.398	–	–	2.368.713
Instalações técnicas de saneamento	3.789.514	1.096.987	(2)	(1.485.919)	3.400.580
Edificações de estações de tratamento	533.793	786.050	–	1.172.853	2.492.696
Máquinas e equipamentos	422.857	104.080	(622)	(34.086)	492.229
Outros componentes	–	26.303	–	508.161	534.464
	6.421.479	2.706.818	(624)	161.009	9.288.682
Software					
Licença de uso de *Software*	51.694	211	–	3.351	55.256
	51.694	211	–	3.351	55.256
	6.473.173	2.707.029	(624)	164.360	9.343.938

	Consolidado 2023				
Ativo	Aquisição de controladas	Adições	Baixa	Transferências *(i)*	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	1.144.302	531.013	–	–	1.675.315
Instalações técnicas de saneamento	3.287.426	124.371	(60)	377.777	3.789.514
Edificações de estações de tratamento	310.696	6.855	–	216.242	533.793
Máquinas e equipamentos	381.015	22.356	(221)	19.707	422.857
	5.123.439	684.595	(281)	613.726	6.421.479
Software					
Licença de uso de *Software*	49.628	2.066	–	–	51.694
	49.628	2.066	–	–	51.694
	5.173.067	686.661	(281)	613.726	6.473.173

c) Movimentação da amortização:

	Consolidado 2023	Consolidado 2024			
Ativo	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(3.973)	(26.500)	–	–	(30.473)
Instalações técnicas de saneamento	(731.297)	(101.587)	1	502.939	(329.944)
Edificações de estações de tratamento	(92.775)	(32.285)	–	(235.153)	(360.213)
Máquinas e equipamentos	(142.829)	(33.585)	210	(98.491)	(274.695)
Outros componentes	–	(12.330)	–	(217.729)	(230.059)
	(970.874)	(206.287)	211	(48.434)	(1.225.384)
Software					
Licença de uso de *Software*	(798)	(5.763)	–	776	(5.785)
	(798)	(5.763)	–	776	(5.785)
	(971.672)	(212.050)	211	(47.658)	(1.231.169)

	Consolidado 2023				
Ativo	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	–	(3.973)	–	–	(3.973)
Instalações técnicas de saneamento	(664.531)	(71.383)	60	4.557	(731.297)
Edificações de estações de tratamento	(86.945)	(5.830)	–	–	(92.775)
Máquinas e equipamentos	(131.233)	(10.969)	213	(840)	(142.829)
	(882.709)	(92.155)	273	3.717	(970.874)
Software					
Licença de uso de *Software*	(558)	(240)	–	–	(798)
	(558)	(240)	–	–	(798)
	(883.267)	(92.395)	273	3.717	(971.672)

(i) Refere-se à transferência dos saldos de ativos financeiros contratuais da controlada Corsan, decorrente do alongamento de 61 contratos (180 contratos em 31 de dezembro de 2023) no período que estão sendo aditados junto aos municípios com a postergação do prazo de concessão para 2062, gerando aumento na vida útil dos contratos e, consequentemente, redução no saldo residual de ativo financeiro contratual a ser reembolsado pelo poder concedente. Além disso, foram realizadas adequações entre as naturezas. A Companhia não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2024.

13. Outros Créditos:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Precatórios a receber *(i)*	–	–	169.682	352.498
Outros créditos partes relacionadas	428	–	1	–
Outros *(ii)*	24	30	55.765	50.189
	452	30	225.448	402.687
Circulante	452	30	40.223	201.547
Não circulante	–	–	185.225	201.140

(i) Os valores referem-se a ações movidas pela Controlada Corsan, para as quais já foram emitidos precatórios, e que resultaram em indenizações conforme a natureza do processo. O principal precatório que compõe o saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se ao precatório de indenização ao patrimônio relativo ao município de Novo Hamburgo, que vem sendo recebido de forma parcelada, com saldo de R$ 157.354. Em 31 de dezembro de 2023, também estava registrado o precatório relativo à imunidade tributária junto à União, o qual o foi recebido em fevereiro de 2024. *(ii)* Os valores referem-se a despesas antecipadas, adiantamentos a funcionários e adiantamentos a fornecedores.

14. Fornecedores e empreiteiros:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores de materiais, serviços e empreiteiros a pagar	170	5	397.050	320.922
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	–	20	562.053	433.060
	170	25	959.103	753.982
Circulante	170	25	437.393	365.779
Não circulante	–	–	521.710	388.203

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

					Consolidado 2024	Consolidado 2023
Modalidade	**Encargos**	**Vencimento final dos contratos**	**Valor contratado**	**Valor desembolsado**		
Debêntures	CDI + 1,90% a 2,90%	Fevereiro/26 a dezembro/28	1.770.000	1.770.000	1.701.787	1.617.972
Debêntures	IPCA + 4,39% a 7,42%	Fevereiro/28 a setembro/39	1.950.000	1.950.000	1.859.272	537.482
Projeto BNDES	IPCA + 4,65% a 5,49%, TJLP + 1,72% a 2,12%, Pré 7,42% TR + 7,70%	Janeiro/27 a agosto/38	905.277	773.636	619.993	200.500
Projeto CEF	Abril/28 a 9,00%	a junho/38	490.247	316.544	221.441	222.187
					4.402.493	2.578.141
Circulante					319.571	123.143
Não circulante					4.082.922	2.454.998

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - Empréstimos e financiamentos:	Consolidado 2024
2026	152.616
2027	139.812
2028	127.738
2029	96.727
2030 em diante	182.542
	699.435

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures:	Consolidado 2024
2026	717.612
2027	216.384
2028	1.012.656
2029	60.212
2030 em diante	1.478.603
	3.485.467
Custo de captação (não circulante)	(101.980)
Total	4.082.922

Movimentação das dívidas	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldo inicial	2.578.141	1.071.530
Captações	2.100.892	1.538.135
(–) Pagamentos do principal	(107.702)	(44.749)
(–) Pagamentos de juros	(271.171)	(36.495)
Provisão de juros (nota explicativa nº 24)	254.003	46.907
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	102.853	12.676
Valor justo da dívida por meio do resultado (nota explicativa nº 24)	(163.995)	–
(–) Custo de captação do exercício	(100.200)	(11.597)
Amortização do custo de captação	9.672	1.734
Saldo final	4.402.493	2.578.141

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2024 totaliza o montante de R$ 115.790 (R$ 25.262 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. a) Debêntures: Em março de 2021, a controlada Corsan efetivou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em três séries, sendo a 1ª série institucional no valor de R$ 150.000, com encargos atrelados ao CDI, 2ª série e 3ª série incentivadas (Portarias MDR 3.225/2020 e 3.226/2020) nos valores de R$ 115.000 e R$ 335.000, para distribuição pública com esforços restritos, no valor nominal total de R$ 600.000, com amortizações anuais após carência sendo a 1ª parcela a partir de fevereiro de 2023 e juros semestrais atrelado ao IPCA a serem pagos a partir de agosto de 2021. A operação de debêntures não possui garantias. Em dezembro de 2023, a controlada Corsan efetivou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de espécie quirografária, em duas séries, sob o rito de registro automático de distribuição, no valor nominal total de R$ 1.500.000, com pagamento de juros semestrais e amortizações "*bullet*" em 2026 e 2028 e são atrelados aos encargos de CDI. A operação de debêntures não possui garantias. Em setembro de 2024, a controlada Corsan efetivou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de espécie quirografária, 1ª e 2ª séries, no valor nominal total de R$ 1.500.000, com taxa de juros de 6,99% e 7,42% a.a. pagos semestralmente e amortizações anuais sendo a 1ª série em setembro de 2032, 2033 e 2034 e a 2ª série em 2037, 2038 e 2039. A operação de debêntures não possui garantias, e são atrelados aos encargos do IPCA. Em setembro de 2024, com a finalidade de reduzir o custo total da operação, a controlada Corsan contratou junto ao Banco Bradesco, BR Partners e XP, instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de CDI + 0,698% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da 1ª série, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento. Em outubro de 2024, com a finalidade de reduzir o custo total da operação, a controlada Corsan contratou junto ao Banco Santander, BR Partners e XP, instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de CDI + 1,04% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da 2ª série, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento. Em 19 de novembro de 2024, a controlada Palhoça efetivou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, sob rito de registro automático, no montante total de R$ 120.000, com vencimento em maio de 2027 e taxa de juros de 1,90% a.a., pagos semestralmente. b) Projeto BNDES: Entre janeiro de 2012 e outubro de 2018, a controlada Corsan contratou financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a finalidade de investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de atuação no valor nominal total de R$ 505.277, dos quais R$ 373.636 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre janeiro de 2027 e agosto de 2038. As garantias relacionadas às operações são a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Em 28 de novembro de 2024, a Controlada Corsan contratou junto ao BNDES recursos financeiros no montante de R$ 400.000, já desembolsados, com vencimento em setembro de 2029 e taxa de juros fixa de 7,42% a.a., pagos mensalmente. c) Projeto CEF: Entre agosto de 2007 e junho de 2014, a controlada Corsan celebrou contratos de financiamentos de longo prazo junto à CEF, no montante total de R$ 490.247 para fazer frente ao seu programa de investimentos, dos quais R$ 316.544 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre abril de 2028 e junho de 2038. As garantias relacionadas às operações são o Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Em fevereiro de 2024, a controlada Corsan efetivou a liquidação antecipada dos seguintes contratos nº 0189.616-10/2007, 0189.771-05/2007 e 0192.060-65/2007. As controladas da Companhia realizam o acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas restritivas referentes os empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente pelo Grupo.

16. Obrigações trabalhistas e sociais:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Salários	15.491	904
Participações em Resultados	50.698	52.848
Encargos e benefícios	34.293	26.234
Férias	38.619	65.856
Indenizações *(i)*	–	311.699
	139.101	457.541

(i) Provisão estimada em virtude de cláusula prevista em acordo coletivo de trabalho ("ACT") da controlada Corsan referente a indenização compensatória para funcionários que pediram para ter seu vínculo empregatício encerrado antes do término da estabilidade de 18 meses, sendo a provisão equivalente ao período de estabilidade não trabalhado, conforme prevê o ACT. O processo de indenização foi concluído em dezembro de 2024, conforme previsto no acordo.

17. Outras contas a pagar:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Direito de outorga a pagar	297.786	39.984
Arrendamentos *(i)*	288.178	19.143
Contratos de repasse *(ii)*	131.038	135.751
PED Funcorsan *(iii)*	376.634	381.536
Outras contas a pagar	31.130	8.936
	1.124.766	585.350
Circulante	189.903	114.889
Não circulante	934.863	470.461

Os contratos entre a Controlada Corsan junto aos municípios estão sendo aditados com a postergação do prazo de concessão para 2062. Em 31 de dezembro de 2024 já foram aditados 280 contratos entre a Companhia e os municípios. Em decorrência desses aditamentos, foram reconhecidos o montante de outorgas a pagar pela controlada Corsan é de R$ 151.178 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 39.984 em 31 de dezembro de 2023), e é devido aos municípios do Rio Grande do Sul - RS com vencimentos até dezembro de 2054. O montante a pagar pela controlada Palhoça em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 146.608 devido ao município de Palhoça - SC que será pago em parcelas anuais até dezembro de 2027, sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O montante está líquido do ajuste a valor presente no montante de R$ 31.892 calculados com base na taxa média de 10,05%. *(i)* O Grupo possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldo inicial	19.143	11.987
Adições	333.169	27.128
Acréscimo de juros (nota explicativa nº 24)	13.891	1.334
Pagamentos	(76.936)	(21.038)
Baixa	(1.089)	(268)
	288.178	19.143
Circulante	86.543	14.068
Não circulante	201.635	5.075

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2024 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,61% a.a. (11,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. Cronograma: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento:

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533940001 41
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:29:14 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

continuação

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Consolidado 2024
2026	83.160
2027	33.580
2028 em diante	84.895
	201.635

(ii) A Controlada Corsan assinou contratos em outubro de 2011 junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. O valor de R$ 96.397 (R$ 97.988 em 31 de dezembro de 2023) inscrito no passivo não circulante refere-se a obras em andamento ou em fase de conclusão. O valor de R$ 30.989 (R$ 34.111 em 31 de dezembro de 2023) corresponde à previsão contratual da Controlada Corsan junto ao município de Canoas que foi repactuada no Termo Aditivo ao Contrato de Programa assinado em dezembro de 2021, que ajustou a destinação desse recurso a importantes obras de saneamento básico e preservação do meio ambiente, como o projeto e implantação do Parque Nacional Fazenda Guajuviras, obras em redes de drenagem pluvial e obras na central de triagem de resíduos sólidos do município a serem executadas pela Prefeitura Municipal. O montante remanescente de R$ 3.652 (R$ 3.652 em 31 de dezembro de 2023) refere-se ao Convênio Focem 04/13. A Controlada Corsan assinou o Convênio para a implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Aceguá, com o objetivo de elevar o índice de tratamento de esgoto do município para 100%. *(iii)* O saldo a pagar referente à Fundação Corsan se refere ao contrato assinado pela Controlada Corsan em dezembro de 2023, para equacionamento do déficit apurado no Plano BD nº 001 no exercício de 2021. O referido plano abrange os funcionários da Controlada Corsan. Este contrato tem o vencimento final em maio/2045 e seus pagamentos são realizados mensalmente, com início em dezembro de 2023. Os valores são corrigidos com base no INPC + juros de 4,74% a.a. **18. Depósitos judiciais e provisões:** O Grupo é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. O Grupo, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais aos quais está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões	
Natureza	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Cíveis	54.460	78.676	390.117	504.475
Trabalhistas	244.320	343.877	867.096	1.116.978
Tributários	10.822	–	9.277	5.583
Ambientais	7.212	–	6.170	6.170
	316.814	422.553	1.272.660	1.633.206

Movimentação das provisões:

	Consolidado				
		Resultado			
Natureza	**2023**	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**2024**
Cíveis	504.475	94.055	(204.430)	(3.983)	390.117
Trabalhistas	1.116.978	785.949	(823.911)	(211.920)	867.096
Tributários	5.583	3.694	–	–	9.277
Ambientais	6.170	–	–	–	6.170
	1.633.206	883.698	(1.028.341)	(215.903)	1.272.660

	Consolidado				
		Resultado			
Natureza	**Aquisição de controlada**	**Adições**	**Reversões**	**Atualização Monetária *(i)***	**2023**
Cíveis	714.967	41.350	(249.500)	(2.342)	504.475
Trabalhistas	1.220.609	123.375	(270.910)	43.904	1.116.978
Tributários	5.583	–	–	–	5.583
Ambientais	6.170	–	–	–	6.170
	1.947.329	164.725	(520.410)	41.562	1.633.206

(i) A controlada Corsan no exercício de 2024 mudou a prática contábil das atualizações monetárias em relação ao exercício de 2023, sendo que no exercício de 2024 já fazem parte da provisão. Processos considerados passivos contingentes: A Companhia e suas controladas são parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda e somavam o montante de R$ 707.409 em 31 de dezembro de 2024, (R$ 221.587 em 31 de dezembro de 2023) portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: a) Processos cíveis: A controlada Corsan possui processos cíveis que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 totalizam R$ 209.838 (R$ 135.837 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. b) Processos trabalhistas: A controlada Corsan, possui processos trabalhistas associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2024 totalizam R$ 497.571, (R$ 85.750 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. Depósitos judiciais: A controlada Corsan realizou depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$ 316.814, (R$ 422.553 em 31 de dezembro de 2023) e não há depósitos judiciais individualmente significativo. **19. Provisão para benefício pós-emprego:** A contabilização foi realizada com base em laudo técnico preparado por atuário externo do Grupo. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim apresentados:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Plano de benefício definido	158.907	480.428
Sistema de assistência - Saúde	98.069	141.852
Incentivo à demissão voluntária *(i)*	–	298
	256.976	622.578

(i) O Programa de Incentivo à Demissão Voluntária foi encerrado, com o último pagamento realizado em julho de 2024. A evolução do valor presente das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2024 está assim apresentada:

Evolução do valor presente das obrigações atuariais	**Plano de benefício definido 2024**	**Sistema de assistência - Saúde 2024**	**Incentivo à demissão voluntária 2024**
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.916.822	141.852	298
Juros sobre obrigação atuarial	264.826	13.164	6
Custo do serviço corrente, líquido	31.078	–	–
Contribuições dos participantes	43.145	–	–
Benefícios pagos no ano	(364.446)	(13.982)	(126)
Ganhos atuariais	(449.660)	(42.965)	(178)
Obrigação total no exercício	2.441.765	98.069	–
Valor justo dos ativos no início do ano	(2.060.579)	–	–
Benefícios pagos durante o exercício	364.446	–	–
Contribuições de participantes	(43.145)	–	–
Contribuições de empregador	(81.535)	–	–
Rendimento esperado dos ativos no ano	(189.654)	–	–
Ganhos atuariais	109.531	–	–
Valor justo dos ativos no exercício	(1.900.936)	–	–
Déficit apurado	540.829	98.069	–
Passivo reconhecido no final do exercício	540.829 *(i)*	98.069	–

(i) O saldo do passivo a ser reconhecido pela Controlada Corsan referente ao plano de benefício definido é composto também pelo saldo do plano de benefício definido no montante de R$ 381.921. A partir da privatização da Controlada Corsan, em junho de 2023, o passivo a ser reconhecido referente ao Plano de benefício definido passou a ser reconhecido com a adoção do Risk Sharing. A provisão de benefício pós-emprego tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro 2024 e 2023:

	Saldo em 2023	Efeito de resultado	Ganhos reconhecidos em patrimônio	Saldo em 2024
Plano de benefício definido	480.428	18.608	(340.129)	158.907
Sistema de assistência - Saúde	141.852	(818)	(42.965)	98.069
Incentivo à demissão voluntária	298	(120)	(178)	–
	622.578	17.670	(383.272)	256.976

	Aquisição de controlada	Efeito de resultado	(Ganhos) Perdas reconhecidos em patrimônio	Efeito do PED	Saldo em 2023
Plano de benefício definido	447.505	3.692	404.991	(375.760)	480.428
Sistema de assistência - Saúde	218.724	(118.921)	42.049	–	141.852
Incentivo à demissão voluntária	834	(315)	(221)	–	298
	667.063	(115.544)	446.819	(375.760)	622.578

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções: Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	**Plano de benefício definido 2024**	**Sistema de assistência - Saúde 2024**
Taxa real de desconto atuarial	7,19%	7,25%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,19%	7,25%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	N/A
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	N/A	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	N/A
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	N/A
Inflação esperada	4,96%	4,96%
Taxa de desconto nominal	12,51%	12,57%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,51%	12,57%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,95%	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	9,26%

Demográficas	**Plano de benefício definido 2024**	**Sistema de assistência - Saúde 2024**
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas (A20%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Nula	Família Real
Aging Factor	Não aplicável	Conforme histórico do Plano de Saúde

Análise de sensibilidade das premissas significativas:

Premissa Plano	**Plano de benefício definido**	**Sistema de assistência - Saúde**
Taxa de desconto		
Aumento de 1%	(8,00%)	(8,80%)
Redução de 1%	9,38%	10,31%
Expectativa de vida		
Aumento de 1 ano	1,85%	4,22%
Redução de 1 ano	(1,89%)	(4,15%)
Crescimento Real de Salários		
Aumento de 1%	0,79%	–
Redução de 1%	(0,71%)	–
HCCTR		
Aumento de 1%	–	10,54%
Redução de 1%	–	(9,12%)

20. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 26 de março de 2024, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., integralizou o montante de R$ 1.868 na Companhia, dos quais R$ 1.850 foram alocados em reserva de capital e R$ 18 foram utilizados para aumento de capital social. Em 27 de março de 2024, as acionistas Perfin Mariner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Perfin Discovery Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Perfin Mariner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Perfin Discovery II Fundo de Investimento em Participações em Multiestratégia, transferiram 161.814.361 ações, que corresponde a totalidade de suas ações ordinárias para a nova acionista Mariner II Participações S.A. Em 01 de abril de 2024, ocorreu a aprovação de aporte de capital na Companhia no montante de R$ 17.548, mediante emissão de 33.232.413 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos quais R$ 17.373 foram alocados em reserva de capital e R$ 175 foram utilizados para aumentar o capital social da Companhia. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 24.924.310, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 1.661.621 e Mariner II Participações S.A. com 6.646.482. Os montantes ora citados foram subscritos e integralizados durante o exercício de 2024. Em 18 de setembro de 2024, ocorreu a aprovação de aumento de capital social na Companhia no montante de R$ 79.200, mediante emissão de 149.987.300 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 112.490.475, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 7.499.365 e Mariner II Participações S.A. com 29.997.460. Os montantes ora citados foram subscritos e integralizados durante o exercício de 2024. Em 20 de setembro de 2024, a acionista Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, transferiu 13.467.408 das ações ordinárias em sua posse para a nova acionista da Companhia a Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. Em 11 de novembro de 2024, ocorreu a aprovação de aumento de capital social na Companhia no montante de R$ 22.885, mediante emissão de 43.339.298 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 32.504.473, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 1.578.721, Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. com 588.244, Mariner II Participações S.A. com 8.667.860. O montante de R$ 18.917 foi integralizado durante o exercício e o montante de R$ 3.968 será integralizado até 31 de janeiro de 2025. Em 05 de dezembro de 2024, ocorreu a aprovação de aumento de capital social na Companhia no montante de R$ 1.266, mediante emissão de 2.396.954 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 1.797.715, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 87.316, Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. Com 32.532, Mariner II Participações S.A. com 479.391. O montante ora citado foi subscrito e integralizado durante o exercício de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado é de R$ 103.831 (R$ 4.255 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 1.038.027.770 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados: Quantidade de ações:

	2024	2023
Aegea Saneamento e Participações S.A.	778.520.827	606.803.854
Perfin Mariner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	–	56.635.026
Perfin Mariner **II** Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	–	48.544.309
Perfin Discovery II Fundo de Investimento em Participações em Multiestratégia	–	56.635.026
Mariner II Participações S.A.	207.605.554	–
Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	37.813.205	40.453.590
Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda.	14.088.184	–
	1.038.027.770	809.071.805

Participações societárias:

	2024	2023
Aegea Saneamento e Participações S.A.	75,00%	75,00%
Perfin Mariner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	–	7,00%
Perfin Mariner **II** Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	–	6,00%
Perfin Discovery II Fundo de Investimento em Participações em Multiestratégia	–	7,00%
Mariner II Participações S.A.	20,00%	–
Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	3,64%	5,00%
Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda.	1,36%	–
	100,00%	100,00%

b) Ajuste de avaliação patrimonial: Com a aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação da controlada Corsan, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes". Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício totalizou R$ 2.138, líquido dos efeitos tributários (R$ 1.505 em 31 de dezembro de 2023). Ganhos ou perdas atuarias conforme previsto pela Deliberação CVM n° 695/2012, os eventuais ativos ou passivos passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2024 a controlada Corsan possui registrado um ganho atuarial de R$ 383.272 (R$ (6.037) em 31 de dezembro de 2023), líquido dos seus efeitos tributários. c) Reserva de capital: Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). d) Prejuízos acumulados: É constituído pelos prejuízos acumulados do exercício corrente e anteriores e será compensado pelos lucros futuros. e) Participação de acionistas não controladores: No quadro abaixo apresentamos as principais movimentações que afetaram os acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descritivo	**Saldo em 2024**
Corsan	
Lucro do exercício - Acionistas não controladores	1.555.275
Ganhos atuariais	383.272
Dividendos e juros sobre capital próprio	(715.868)
Palhoça	
Lucro do exercício - Acionistas não controladores	12
	1.222.691

21. Receita operacional líquida:

	Consolidado	
Receita de prestação de serviços	**2024**	**2023**
Serviços de abastecimento de água	4.471.311	2.049.671
Outros serviços indiretos de água	168.972	49.224
Serviços de esgoto	480.974	190.217
Outros serviços indiretos de esgoto	20.699	1.932
Receitas de construção ativo financeiro	31.711	–
Receitas de construção ativo intangível	2.079.619	560.796
Total receita bruta	7.253.286	2.851.840
Deduções da receita bruta		
(–) Cancelamentos e abatimentos	(376.541)	(90.483)
(–) Tributos sobre serviços	(444.720)	(206.884)
Total da receita operacional líquida	6.432.025	2.554.473

22. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Pessoal	–	(4)	(500.874)	(673.667)
Conservação e manutenção	–	–	(87.419)	(49.351)
Serviços de terceiros	(717)	–	(773.654)	(494.728)
Materiais, equipamentos e veículos	–	(2.041)	(52.746)	(8.981)
Amortização e depreciação	–	–	(312.237)	(117.526)
Custos de construção ativo intangível			(2.038.842)	(560.796)
Reversão de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	–	–	6.643	344
(Baixa) Recuperação de títulos das contas a receber	–	–	(10.545)	3.053
Reversões de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	–	–	144.643	355.685
Energia elétrica	–	–	(265.293)	(139.322)
Produtos químicos	–	–	(72.012)	(52.970)
Locação	–	(41)	(38.745)	(15.389)
Outros	(16)	(199)	(175.934)	(95.637)
	(733)	(2.285)	(4.177.015)	(1.849.285)
Custos dos serviços prestados	–	–	(3.501.073)	(1.645.704)
Despesas administrativas e gerais	(733)	(2.285)	(675.942)	(203.581)

23. Outras receitas operacionais:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Reversão para benefício pós-emprego	–	115.544
Indenização de seguros *(i)*	20.117	–
Receita de Precatórios	12.122	–
Outras receitas *(ii)*	24.527	9.709
	56.766	125.253

(i) Os valores recebidos relativos aos seguros referem-se a ressarcimentos de parte dos gastos relativos aos eventos climáticos ocorridos em maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul da controlada Corsan. *(ii)* Em 31 de dezembro de 2024, a linha de outros é composta, substancialmente, de ressarcimentos recebidos da controlada Corsan de alguns municípios no âmbito da renovação de contratos de concessão e receitas acessórias provenientes da operação. Em 31 de dezembro de 2023, o maior valor é relativo à reversão de tributos diferidos incidentes da controlada Corsan sobre a parte controvertida do processo de imunidade tributária, a partir da cessão do direito processual junto ao Estado do RS na forma de distribuição de dividendos. **24. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
Receitas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Rendimentos de aplicações financeiras *(i)*	487	5.931	143.272	44.576
Juros e multa recebidos ou auferidos	–	–	100.200	27.307
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	–	–	15.271	16.923
Valor justo da dívida por meio do resultado (nota explicativa nº 15)	–	–	163.995	–
Atualização de precatórios	–	–	4.633	17.840
Outras receitas financeiras	59	–	33.595	9.191
Receitas financeiras	546	5.931	460.966	115.837
Despesas				
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 15)	–	–	(254.003)	(46.907)
Descontos concedidos	–	–	(25.650)	(15.212)
Despesas com IOF	(4)	(1.071)	(2.629)	(1.071)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 7)	–	–	(14.448)	(2.088)
Atualização monetária das provisões	–	–	–	(41.562)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 26)	–	–	(113.882)	–
PIS/COFINS sobre receita financeira	(103)	–	(14.336)	(3.330)
Despesas com taxas diversas	–	–	(39.480)	–
Despesas e comissões bancárias	–	–	(22.419)	(1.595)
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 17)	–	–	(13.891)	(1.334)
Outras despesas financeiras	–	(300)	(57.610)	(15.924)
Despesas financeiras	(107)	(1.371)	(558.348)	(129.023)
Resultado financeiro	439	4.560	(97.382)	(13.186)

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa na controladora o montante de R$ 1 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado o montante de R$ 1.763 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2 em 31 de dezembro de 2023). **25. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):** a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado antes dos tributos	(43)	(946)	2.196.228	813.186
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	15	322	(746.718)	(276.483)
Resultado de investimentos	85	(1.095)	–	–
Despesas indedutíveis	20	–	(185)	–
Bônus diretoria	–		(247)	–
Juros sobre capital próprio	(285)	(87)	66.845	16.079
Contrato PED2021 - Fundação Corsan	–	–	–	93.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social reconhecido	–	–	718	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido	–	–	(13)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido	–	–	(722)	–
Programa de alimentação do trabalhador		–	8.649	–
Doações Rouanet e Caráter desportivo	–	–	6.593	–
Inovação tecnológica	–	–	6.834	–
Realização prejuízo fiscal e base negativa CSLL 30%	–	–	126	–
Outras diferenças permanentes	24	20	16.995	13.624
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(141)	(840)	(338.208)	30.718
Diferido	–	–	(302.917)	(183.558)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(141)	(840)	(641.125)	(152.840)
Alíquota efetiva	(328%)	(89%)	29%	19%

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Total do imposto de renda e contribuição social correntes	(141)	(840)	(338.208)	30.718
Saldo a pagar anterior a aquisição - Controlada indireta Corsan	–	–	–	(34.595)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(83)	(446)	(124)	(27.733)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	51	879	163.520	15.267
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(173)	(407)	(174.812)	(16.343)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:				
Compensações referente a retenções na fonte	51	879	37.756	15.267
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	125.764	–
Total	51	879	163.520	15.267

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		
	2023	**Resultado**	**2024**
Perdas de crédito esperadas	27.615	(5.791)	21.824
Provisão para participação nos lucros	–	17.237	17.237
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	303.297	(37.155)	266.142
Ajuste a valor presente de clientes	821	2.868	3.689
Provisão PIS e COFINS sobre precatórios	23.166	(23.082)	84
Provisão benefício pós-emprego	184.578	(24.198)	160.380
Provisão indenização	172.263	(129.490)	42.773
COFINS e PASEP diferidos	–	432	432
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	–	5.808	5.808
Perda com clientes	–	3.458	3.458
Arrendamento mercantil	–	510	510
Realização prejuízo fiscal 30%	–	127	127
Amortizações custo da obtenção de contrato	–	16	16
Passíveis de compensação	(64.191)	(116.877)	(181.068)
Ativo fiscal diferido	647.549	(306.137)	341.412

	Consolidado		
	2023	**Resultado**	**2024**
Despesa com depreciação	(981)	18	(963)
Encargos Financeiros sobre obras andamento	(32.650)	27.516	(5.134)
Margem construção	(18.684)	1.566	(17.118)
Precatório	(6.449)	2.704	(3.745)
Reserva de reavaliação	(5.427)	5.427	–
Passíveis de compensação	64.191	(64.191)	–
Juros capitalizados no ativo Intangível	–	(59.499)	(59.499)
Custo de captação de empréstimos e financiamentos	–	(34.106)	(34.106)
Ganho com *swap*	–	38.720	38.720
Diferimento do Lucro órgão públicos	–	(2.402)	(2.402)
Baixa por perda	–	(2.615)	(2.615)
Valor justo passivos financeiros	–	(55.759)	(55.759)
Depreciação ativo imobilizado	–	(28.026)	(28.026)
Ajuste a valor justo	–	(3.589)	(3.589)
Arrendamento mercantil - Capitalização	–	(1.576)	(1.576)
Ajuste avaliação Patrimonial	–	(442)	(442)
Reserva de reavaliação	–	(5.112)	(5.112)
Passíveis de compensação	–	181.068	181.068
Passivo fiscal diferido	–	(298)	(298)

	Consolidado			
	Aquisição de controlada	**Resultado**	**Patrimônio líquido**	**2023**
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	26.325	1.290	–	27.615
Provisão para participação nos lucros	1.170	(1.170)	–	–
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	407.131	(103.834)	–	303.297
Ajuste a valor presente de clientes	362	459	–	821
Provisão PIS e COFINS sobre precatórios	1.133	22.033	–	23.166
Provisão benefício pós-emprego	209.902	(25.324)	–	184.578
Provisão indenização	229.667	(74.731)	17.327	172.263
Passíveis de compensação	–	(64.191)	–	(64.191)
Ativo fiscal diferido	875.690	(245.468)	17.327	647.549

	Consolidado		
	Aquisição de controlada	**Resultado**	**2023**
Despesa com Depreciação	(12.473)	11.492	(981)
Encargos Financeiros sobre obras andamento	(27.632)	(5.018)	(32.650)
Margem construção	(7.867)	(10.817)	(18.684)
Precatório	(8.548)	2.099	(6.449)
Reserva de reavaliação	(5.390)	(37)	(5.427)
Passíveis de compensação	–	64.191	64.191
Passivo fiscal diferido	(61.910)	61.910	–

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:29:20 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2512AA5F-7270-42E6-9769-0A02C3E1D01D

continuação

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

26. Instrumentos financeiros: Visão Geral: O Grupo está exposto aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital do Grupo. Estrutura de gerenciamento de risco: A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham *rating* igual ou superior a AA. O *rating* são aqueles publicados pelas agências: *Fitch, Standard&Poor's e Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Bancos conta movimento	5	6	467	12.062	7.028
Aplicações financeiras	6	3.733	537	2.370.933	1.347.484
Contas a receber de clientes	7	–	–	699.396	540.647
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	1.580	618	–	–
Precatórios a receber	13	–	–	169.682	352.498
Ativos financeiros contratuais	8	–	–	169.390	181.590
		5.319	1.622	3.421.463	2.429.247

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro do Grupo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		
2024	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses
Passivos			
Fornecedores e empreiteiros	170	170	170
	170	170	170

	Consolidado						
2024	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	959.103	959.103	437.393	521.710	–	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.402.493	9.823.443	716.016	1.335.958	602.990	1.516.632	5.651.847
Dividendos a pagar	374.609	374.609	374.609	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	113.882	604.021	(50.271)	(72.150)	(62.827)	(56.302)	845.571
Outras contas a pagar	1.124.766	1.235.601	214.014	702.031	43.149	13.105	263.302
	6.974.853	12.996.777	1.691.761	2.487.549	583.312	1.473.435	6.760.720

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	3.733	537	2.370.933	1.347.484
	3.733	537	2.370.933	1.347.484
Instrumentos de taxa variável				
Passivos financeiros				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	4.124.023	2.603.403
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	113.882	–
Outras contas a pagar *(i)*	–	–	585.964	59.127
	–	–	4.823.869	2.662.530

(i) Os saldos referem-se aos arrendamentos e outorgas. O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Controladora							
				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2024	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	3.733	CDI	12,15%	454	568	681	341	227
Exposição liquida	3.733			454	568	681	341	227

	Consolidado						
		Cenários					
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2024	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	2.370.933	CDI	12,15%	288.068	360.085	432.102	216.051	144.034
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos	(221.441)	TR	0,81%	(1.794)	(2.243)	(2.691)	(1.346)	(897)
Financiamento	(63.476)	TJLP	7,43%	(4.716)	(5.895)	(7.074)	(3.537)	(2.358)
Debêntures	(1.714.504)	CDI	12,15%	(208.312)	(260.390)	(312.468)	(156.234)	(104.156)
Empréstimos e Debêntures	(2.124.602)	IPCA	4,83%	(102.618)	(128.273)	(153.927)	(76.964)	(51.309)
1 + 2 Exposição liquida	(1.753.090)			(29.372)	(36.716)	(44.058)	(22.030)	(14.686)

Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de juros utilizadas pelo Grupo para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, os instrumentos financeiros do Grupo estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo "*swap*". O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para esses riscos do Grupo baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

	Consolidado					
		Cenários				
Risco de taxa de juros	Exposição	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos						
Empréstimos	(1.549.355)	(1.549.355)	(1.936.694)	(2.324.033)	(1.162.016)	(774.678)
Swap - Ponta ativa	1.548.300	1.548.300	1.935.375	2.322.450	1.161.225	774.150
1 + 2 - Exposição líquida	(1.055)	(1.055)	(1.319)	(1.583)	(791)	(528)

Gerenciamento do capital: O Grupo procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

		Controladora					
	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2024	Valor contábil 2023	Valor Justo 2024	Valor Justo 2023
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	–	6	468	6	468
Aplicações financeiras *(i)*	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.733	537	3.733	537
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber *(i)*	9	Custo amortizado	–	1.580	618	1.580	618
Total				5.319	1.623	5.319	1.623
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	14	Custo amortizado	–	170	25	170	25
Total				170	25	170	25

		Consolidado					
	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2024	Valor contábil 2023	Valor Justo 2024	Valor Justo 2023
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	–	54.085	54.811	54.085	54.811
Aplicações financeiras *(i)*	6	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.306.646	1.278.874	2.306.646	1.278.874
Aplicações financeiras *(i)*	6	Custo amortizado	–	64.287	68.610	64.287	68.610
Contas a receber de clientes *(i)*	7	Custo amortizado	–	699.396	540.647	699.396	540.647
Ativos financeiros contratuais *(i)*	8	Custo amortizado	–	169.390	181.590	169.390	181.590
Precatórios a receber *(i)*	13	Custo amortizado	–	169.682	352.498	169.682	352.498
Total				3.463.486	2.477.030	3.463.486	2.477.030
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	14	Custo amortizado	–	959.103	753.982	959.103	753.982
Empréstimos e debêntures *(ii)*	15	Custo amortizado	–	4.402.493	2.578.141	4.518.281	2.856.718
Dividendos a pagar *(i)*	9	Custo amortizado	–	374.609	149.303	374.609	149.303
Instrumentos financeiros derivativos *(i)*		Valor justo - Instrumentos de hedge	Nível 2	113.882	–	113.882	–
Outras contas a pagar *(i)*	17	Custo amortizado	–	1.124.766	585.350	1.124.766	585.350
Total				6.974.853	4.066.776	7.090.641	4.345.353

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações. *(ii)* Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). Instrumentos financeiros derivativos: O Grupo finalizou a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a exposição do IPCA por um percentual do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura do risco de taxas, conforme demonstrado:

	Consolidado						
						Passivo	
Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	2024	2023
Debêntures - 1ª Série	R$ 709.174	IPCA + 6,99% a.a.	CDI + 0,70% a.a.	CETIP	15/09/2034	45.729	–
Debêntures - 2ª Série	R$ 790.826	IPCA + 7,42% a.a.	CDI + 1,04% a.a.	CETIP	15/09/2039	68.153	–
						113.882	–
Circulante						46.696	–
Não circulante						67.186	–

O Grupo possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim o Grupo designou a operação apresentada abaixo para *Hedge Accounting* de valor justo, a qual apresenta o índice de *hedge* equivalente a 1,0. A mudança no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de valor justo é reconhecida na demonstração do resultado:

	Consolidado Resultado	
	2024	2023
Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de valor justo:		
Perdas líquidas reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 24)	(113.882)	–

Para testar a efetividade do *hedge*, o Grupo usa o método do derivativo hipotético comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos. As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de: • Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*; • O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos; • Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*. Valor justo: *Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos:* O Grupo divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pelo Grupo, originado por instrumentos financeiros, ao qual o Grupo está exposto na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. O Grupo considera como risco a alta do CDI. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2024. O Grupo estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Além disso, em outra avaliação, considera-se ainda, o risco da alta do IPCA. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais NTNB divulgadas pela Anbima no dia 31 de dezembro de 2024. A Compahia estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

			Consolidado		
			Cenários		
Instrumento	Exposição	Risco	I	II	III
		Alta Curva CDI	(114.387)	(121.274)	(126.195)
		Alta Curva IPCA	(282.181)	(538.700)	(636.940)
Swap	113.882	Variação IPCA	(390.743)	(707.155)	(806.034)

27. Compromissos: As controlada Corsan possui metas relacionadas a: (i) atingir os níveis de cobertura dos serviços prestados de abastecimento de água em 99% dos domicílios dos municípios até 2033, mantendo o nível de cobertura durante todo o período do contrato; (ii) atingir as metas intermediárias, 2028 ou 2030, de cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário, bem como a universalização (90% de cobertura) em 2033; (iii) reduzir os índices de perdas até 2033 para valores abaixo de 30%. A controlada Corsan possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,5% a 2,0% do faturamento mensal de acordo com o município. A controlada Ambiental Paraná 1 possui metas de atendimento de esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: 70% em 2024, 74% em 2025, 76% em 2026, 77% em 2027, 79% em 2028 e 2029, 84% em 2030 a 2032, 91% em 2033 a 2036, 90% em 2037 e deverá ser mantido até o final da concessão. A controlada Palhoça possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação R$ 0,10 centavos por habitante. O contrato e seus aditivos da controlada Palhoça, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices (i) Metas de cobertura de água: de 0% a 93,4% em 2025, com expansão progressiva até atingir 100% ao longo do contrato. (ii) Metas de tratamento de esgoto: Inicia entre 0% e 10% em 2025, com aumentos graduais, chegando a 100% até 2049. (iii) Metas de perdas de água: a partir de 50% em 2025, com reduções anuais planejadas até atingir 25% em 2034, de acordo com cada município. **28. Aspectos ambientais:** O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. O Grupo busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. O Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **29. Eventos subsequentes:** Em janeiro de 2025 a Controlada Corsan contratou junto ao Banco XP Investimentos instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo final de CDI - 2,98%, com a finalidade de reduzir o custo total da 4ª emissão de debêntures 3ª série e 4ª série. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento. Em janeiro de 2025, houve o desembolso parcial da Controlada Corsan de R$ 16.146, referente ao empréstimo de longo prazo contratado pela Companhia junto à CEF, no montante total de R$ 490.247, dos quais R$ 332.790 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre abril de 2028 e junho de 2038 com taxa de juros de 7,70% a 9,00% a.a. pagos na data de vencimento.

DIRETORIA

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Presidente

Yaroslav Memrava Neto - Diretor Financeiro

CONTADOR

Vinicius Saraiva Caraça Benedito - CRC SP 295505/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Saneamento Consultoria S.A. - Rio de Janeiro - RJ Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saneamento Consultoria S.A. - Sanco (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saneamento Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 13 de março de 2024, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

DocuSigned by
Estadaon
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 25/03/2025 | 22:29:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/